

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO)

OBJETO

Prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores leves, motocicletas, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização de guincho para Delegacia Seccional de Polícia de Registro e unidades policiais subordinadas (abrangendo as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Juquiá e Miracatu) com a disponibilização de guinchos e/ou veículos . apropriados

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 583.020,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia /10/2025 às 09:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
11. DOS RECURSOS	13
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180137-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO	LETICIA KAROLINE YAMAKAWA	29/04/2026 12:03 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00090988/2024-74

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

03/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

180137

OBJETO

O objeto da presente licitação é a *prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores leves, motocicletas, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização de guincho para Delegacia Seccional de Polícia de Registro e unidades policiais subordinadas (abrangendo as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Juquiá e Miracatu) com a disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados.*

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 583.020,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por preço global

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 058.00090988/2024-74

Torna-se público que a **DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO**, por meio do **Setor de Administração e Finanças**, sediada **na Avenida Clara Gianotti de Souza, nº 1051, Centro, Registro/SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a *prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores leves, motocicletas, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização de guincho para Delegacia Seccional de Polícia de Registro e unidades policiais subordinadas (abrangendo as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Jiquiá e Miracatu) com a disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de*

pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item objeto desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação :

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.12. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)*

3.12.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4. DA APRES DA PROP E DOCS HABILITAÇÃO

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007*, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou *sociedade cooperativa equiparada*.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês

subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior**, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*
- 6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*
- 6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*
- 6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresa brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8;

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta) por cento do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 64\)](#):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico: **registro.deinter6@policiacivil.sp.gov.br***.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#);

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;

(3) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 20% a 30% do valor do Contrato;

(4) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUG AO EDITAL E PED ESCLARECIMENTO

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s):* **registro.deinter6@policiacivil.sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema [compras.gov](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13. 5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;*

14.2.1.5.2. *a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

14.2.2.1. *O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico ou de forma física, nos termos da legislação aplicável.*

14.2.2.2. *O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

14.2.2.3. *Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações*

legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema www.compras.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos.

14.15.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.15.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II.1. Formulário de Avaliação da Qualidade do Serviço;

Anexo II.2. Documento Check List Vistoria Veículo;

Anexo II.3. Planilha Estimativa Guincho;

Anexo II.4. Valor Estimado Guincho;

14.15.3. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

14.15.4. Anexo IV - Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. Anexo V - Modelo de declaração;

14.15.6. Anexo VI - Planilha Orçamentária

....., de de 20....

MARCELO LUÍS ALVES DE FREITAS

DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA E DIRIGENTE DA UGE 180137

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LETICIA KAROLINE YAMAKAWA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 11:20:49.

MARCELO LUIS ALVES DE FREITAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 12:03:22.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	180137-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO	LETICIA KAROLINE YAMAKAWA	29/04/2026 10:40 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00090988/2024-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de *serviços contínuos de remoção de veículos automotores leves, motocicletas, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização de guincho para Delegacia Seccional de Polícia de Registro e unidades policiais subordinadas (abrangendo as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Juquiá e Miracatu) com a disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	UANTIDADE TOTAL POR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Remoção de veículos automotores leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camioneta, etc)	16160	mês	26	R\$ 447,00	R\$ 11.622,00
2	Prestação de serviço de Remoção de motociclos (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixa de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc)	16160	mês	21	R\$372,00	R\$ 7.812, 00

TOTAL MENSAL = R\$ 19.434,00						
VALOR TOTAL 30 MESES = R\$ 583.020,00						

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns** conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).
- 1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do contrato ou da ordem de início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

1.3.1. *O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que tendo em vista que o serviço de remoção de veículos não necessita de vários empregados para realizar as remoções, até mesmo porque não são todos os dias que há veículos apreendidos a serem recolhidos pela contratada, atendendo às demandas conforme a necessidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.
- Subcontratação**
- 1.5. *O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

2. FUND. E DESC. DA NEC. DA CONTRAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.*
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000072/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 13/06/2025;

III) Id do item no PCA: 25 ;

IV) Classe/Grupo: 859;

V) Identificador da Futura Contratação: 180137-20/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:*

4.1.1. *Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar combustível renovável;*

4.1.2. *Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n° 08/1993, n° 17/1995, n° 272/2000 e n° 242/1998 e legislação superveniente e correlata;*

4.1.3. *Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;*

4.1.4. *Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA n° 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.*

Garantia da Contratação

4.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:*

a. Evitar a elevação dos preços da contratação, uma vez que a exigência de garantias da contratação acaba fazendo parte dos cálculos do preço a ser ofertado pelo contratado, impactando nesse valor e consequentemente elevando os custos da contratação para a Administração que arcará com eles durante toda a fase da execução contratual.

b. Inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual, uma vez que para o inadimplemento do contratado haverá previsão de multa e outras penalidades a serem aplicadas, além das obrigações garantidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Vistoria

4.3. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato;*

5.1.2. *Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transportes, tributos encargos trabalhistas e previdenciários.*

5.1.3. *A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos, outros tracionados e peças apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária para os locais indicados pela Autoridade Policial competente, na seguinte conformidade: - do local onde se encontra o veículo ou peça até a unidade policial e, na sequência, até o pátio contratado (Ivan Del Rei Correa-EPP) localizado na Estrada municipal RGT 368, s/n., bairro Morro Alto, CEP 11900-000, Registro/SP, considerando-se neste caso uma única remoção para fins de pagamento; ou - do local onde se encontra o veículo ou peça até o pátio contratado (Ivan Del Rei Correa-EPP) localizado na Estrada municipal RGT 368, s/n., bairro Morro Alto, CEP 11900-000, Registro/SP ou em ambos os casos para o pátio que vier a suceder em nova contratação, sendo a distância máxima de 20km da sede desta Delegacia Seccional de Polícia, localizada na Avenida Clara Gianotti de Souza, 1051, centro, CEP 11900-000, Registro/SP.*

5.1.4. *O processo de remoção será feito de forma a preservar o objeto do transporte evitando-se quaisquer danos ao item apreendido.*

5.1.5. *Todos os veículos deverão ser removidos por guinchos apropriados, mesmo que estejam em condições de tráfego.*

5.1.6. *Toda e qualquer remoção deverá ser feita de modo a preservar as condições em que se encontram os bens apreendidos, assumindo o Contratado toda a responsabilidade por quaisquer danos e avarias que, comprovadamente, vierem a ser causados nos bens removidos, do momento da remoção até a sua colocação no devido local do depósito, durante a execução dos serviços.*

5.1.7. Quando da retirada dos bens onde atualmente se encontram deverá o Contratado removê-los imediatamente ao pátio de destino.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

UNIDADE POLICIAL	ENDEREÇO	DISTÂNCIA APROXIMADA DO PÁTIO
DELEGACIA SECCIONAL DE REGISTRO	Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6 KM
DDM REGISTRO	Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6KM
PLANTÃO POLICIAL POLICIAL	Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6,6KM
1º DP REGISTRO	Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6,6 KM
2º DP REGISTRO	Rua Antônio Bialé Gonzaga, s/n., Vila Nova, Registro-SP, CEP: 11900-000	7,6KM
DIG REGISTRO	Rua Tamekishi Takano, n. 730, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6,2KM
DISE REGISTRO	Rua Getúlio Vargas, n. 171, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000	6,8KM
DELEGACIA DE POLÍCIA DE SETE BARRAS	Rua Alexandre Agenor de Moraes, n. 173, Centro, Sete Barras-SP, CEP: 11910-000	27KM
DELEGACIA DE POLÍCIA DE JUQUIÁ	Avenida Brasil, n. 155, Jd. Juquiá, Juquiá-SP, CEP: 11800-000	38KM
DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIRACATU	Avenida Washington Luis, n. 342, Vila Formosa, Miracatu-SP, CEP: 11850 000	55,1KM
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IGUAPE (SEDE)	Rua Major Rebelo, n. 283, Canto do Morro, Iguape-SP, CEP: 11920-000	74KM
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ILHA COMPRIDA	Avenida Central, n. 290, Balneário Porto Velho I, Ilha Comprida-SP, CEP: 11925-000	77,9KM

5.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, 24h por dia e sete dias por semana, inclusive domingos e feriados, devendo o Contratado disponibilizar linha telefônica para atendimento ao Contratante, bem como correio eletrônico (e-mail) ou outros meios de contato que tornem possível o envio da ordem da remoção e a comunicação dos dados e informações pertinentes ao veículo automotor e outros tracionados ou motores e peças, apreendidos.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

5.4.1. A Autoridade Policial ou seus agentes deverão registrar por meios eletrônicos a requisição de remoção, de forma que fiquem consignados o dia e a hora da requisição para a comprovação do respectivo recebimento por parte do Contratado, admitindo-se o uso de aplicativos de mensageria eletrônica para esse fim.

5.4.2. Assim que acionada, a empresa responsável pela remoção deverá retirar do local o bem apreendido em até quatro (04) horas, contadas da chamada inicial. O termo inicial do prazo previsto é o horário de conclusão da chamada telefônica, independentemente do envio posterior de mensagem eletrônica com os dados da remoção.

5.4.3. O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido ensejará a aplicação de percentual de desconto, que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção, na proporção seguinte:

TEMPO PARA INÍCIO DA REMOÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
Até 4 horas	Zero
De 4 a 8 horas	-5%
De 8 a 16 horas	-10%
Acima de 16 horas	-15%

5.4.3.1. A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas.

5.4.4. Quaisquer circunstâncias alheias à vontade da Contratada que a impeçam de dar cumprimento aos prazos previstos neste Termo de Referência deverão ser reduzidas a termo e apresentadas ao gestor do contrato, em até 3 (três) dias corridos para apreciação da justificativa. Caso acolhida, nenhum desconto será realizado.

5.4.5. A remoção só poderá ser realizada após prévia vistoria, que será realizada por policial civil designado pela Autoridade Policial requisitante, mediante o preenchimento de formulário próprio - Auto de Vistoria para Remoção.

5.4.5.1. O Auto de Vistoria para Remoção descreverá em detalhes as condições dos veículos leves e motocicletas, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número e Denominação da Unidade Policial
- Data
- Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial
- Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo
- Características gerais (marca, modelo, chassi, placa etc.)
- Quilometragem
- Estado geral da lataria
- Estado geral dos pneus
- Estado geral dos vidros
- Estado geral dos bancos
- Possui rodas
- Possui estepe
- Existência de motor e caixa de câmbio
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo etc.)
- Possui aparelho de som e/ou imagem
- Possui retrovisores

- Possui extintor de incêndio
- Possui faróis e lanternas íntegro
- Veículo andando quando acionado
- Identificação do Policial Civil que lavrou o auto de vistoria para remoção.

5.4.6. O auto de vistoria para remoção deverá ser acompanhado do Boletim de Ocorrência registrado em razão da apreensão, auto de exibição e apreensão do veículo e de fotografias que permitam observar as reais condições do veículo a ser removido e que possibilitem a comprovação do anotado no auto de vistoria para remoção.

5.4.7. O Auto de Vistoria para Remoção será assinado pelo policial civil que o lavrou; pelo proprietário ou condutor, se presente ao ato; e pelo motorista responsável pela remoção, todos devidamente identificados por nome completo e nº do documento pessoal.

5.4.8. Cópias do Auto de Vistoria para Remoção serão entregues:

- a. ao proprietário ou legítimo possuidor ou ao seu representante, ou ao condutor, se presente ao ato;
- b. ao motorista responsável pela remoção, preposto da Contratada, que assinou o Auto de Vistoria;
- c. à Autoridade Policial requisitante para juntada ao procedimento de polícia judiciária respectivo, juntamente com o Auto de Exibição e Apreensão;
- d. ao representante do pátio em que será recolhido, no momento de sua entrega;

5.4.9. A remoção só poderá ser autorizada pela Autoridade Policial após a elaboração do Auto de Vistoria para Remoção.

5.4.10. Na chegada ao pátio, será recepcionado por funcionário devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria completa realizada antes da remoção, inclusive com novas fotografias, conduzindo o veículo para o local a ele destinado no pátio, somente após essa providência.

5.4.11. Não havendo a confirmação do Auto de Vistoria para Remoção, deverá o responsável pela recepção do veículo comunicar a Autoridade Policial requisitante, para adoção das providências pertinentes, visando a solução da demanda, registrando as diferenças, inclusive fotograficamente.

5.4.12. É de responsabilidade exclusiva da Contratada quaisquer danos e avarias que ocorram nos bens removidos, do momento da remoção até a sua colocação no devido local do depósito.

5.4.13. Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada, a critério do responsável pelo pátio, sendo terminantemente proibido qualquer tipo de empilhamento de veículos.

5.4.14. Todos os veículos deverão ser removidos por guinchos apropriados, mesmo que estejam em condições de tráfego.

5.4.15. Quanto a remoção de outros tracionados e peças/acessórios (motores, caixas de câmbio, chassi de moto etc), será remunerada como remoção de motocicleta e deverá ser removida a totalidade dos itens apreendidos que será considerada uma única remoção para efeito de pagamento, salvo impossibilidade devidamente justificada.

5.4.16. Caso o tempo de permanência previsto seja superior a quatro (04) horas, o motorista responsável pela remoção (preposto da Contratada), com anuência da Autoridade Policial, poderá deixar o veículo no pátio da Unidade, quando houver, retornando após novo chamado com vistas à remoção ao pátio contratado.

5.4.17. Neste caso, para efeito de pagamento, os dois trechos serão considerados como uma única remoção.

Materiais a serem disponibilizados

I- Especificações dos Guinchos

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar guinchos e/ou veículos apropriados e compatíveis com as espécies de veículos, outros tracionados e peças/acessórios a serem removidos, em quantidade suficiente.*

5.5.1. *Os guinchos e/ou veículos apropriados deverão estar em perfeitas condições de conservação, devidamente licenciados, com todos os documentos e equipamentos obrigatórios, previstos na legislação de trânsito.*

5.5.2. *Deverão ser disponibilizados veículos especialmente capacitados e adaptados para a execução dos serviços de remoção, em quantidade suficiente para garantir que o serviço seja prestado sempre em tempo inferior a 4 (quatro) horas de sua solicitação pela autoridade competente.*

5.5.3. *Os guinchos deverão possuir dispositivos luminosos intermitentes ou rotativos, na cor amarelo âmbar.*

5.5.4. *A Contratada deverá disponibilizar aparelho tipo munck, guincho manual, elétrico ou hidráulico para guinchamento de veículos que estiverem em local de difícil acesso, ou quando necessário tal equipamento.*

5.5.5. *Será admitida a utilização de veículos do tipo cegonha, caçamba ou similares para transporte de carcaças e peças avulsas que possam ser sobrepostas umas sobre as outras.*

5.5.6. *Os veículos empregados na execução do serviço contratado deverão seguir rigorosamente o contido nas normas de trânsito, no tocante às autorizações para circulação e execução das atividades de transporte de carga, previstas especificamente nos seguintes dispositivos:*

- *Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;*
- *Lei federal nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007;*
- *Resolução ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015;*
- *Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018;*

5.5.7. *O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos de transporte que serão empregados na execução do serviço, a fim de verificar o cumprimento efetivo das normas previstas no edital e na legislação de regência.*

II- Recursos humanos e materiais

5.6. *A contratada disponibilizará empregados para execução das atividades operacionais de remoção, vistoria e execução das rotinas administrativas.*

5.7. *A contratada deverá ter sistema informatizado próprio, para informatização dos dados relativos à prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre todos os veículos, peças/acessórios removidos, possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, com relatórios mensais e quando solicitado pela contratante. O sistema deverá conter registros referentes ao veículo sempre instruído com auto de vistoria (check-list) fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassis e motor (quando possível).*

5.8. *A contratada deverá disponibilizar no mínimo:*

- *Aparelho de comunicação portátil do tipo celular ou rádio comunicador digital, visando interligação com as unidades policiais de Registro, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Iguape e Ilha Comprida para todos os motoristas /operadores dos guinchos;*
- *Máquina fotográfica digital moderna, com resolução compatível para cada guincho;*

- Equipamento de informática compatível com as versões atuais, visando a comunicação via e-mail com as unidades policiais, com acesso a internet estável e de boa qualidade;

- Copiadora de documentos;

- Linha telefônica fixa e móvel com disponibilidade de whatsapp.

Obs: O rol de recursos mencionados nos itens acima é meramente exemplificativo, podendo a Contratada dispor de outros materiais que entender necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

Especificação da garantia do serviço

5.9. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.*

7.1.1. *Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:*

7.1.1.1. *não tenha produzido os resultados acordados,*

7.1.1.2. *tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou*

7.1.1.3. *tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará **a periodicidade mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período,

justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– Cadin estadual”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SEL. DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço *unitário*.

Exigências de Habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação Jurídica

8.4. ***Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. ***Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.*

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas *ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso*;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital *quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e* nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico -Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.23.1. *As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

8.23.2. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.23.3. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.24. *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.25. *Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.25.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;*

8.26. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.26.1. *Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.26.1.1. *comprovação de que o licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, especificando os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;*

8.26.1.2. *comprovação de que o licitante já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;*

8.26.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;*

8.26.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.26.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à*

contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Federal](#);
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.28. *Tratando-se de consórcio:*

8.28.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) Designação do consórcio e sua composição;*
- b) Finalidade do consórcio;*
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

8.28.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

8.28.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

8.28.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.29. *Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):*

8.29.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.29.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

- 8.29.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*
- 8.29.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*
- 8.29.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*
- 8.29.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*
- 8.29.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.*

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O valor estimado total da contratação é de R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	UANTIDADE TOTAL POR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Remoção de veículos automotores leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camioneta, etc)	16160	mês	26	R\$ 447,00	R\$ 11.622,00
2	Prestação de serviço de Remoção de motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixa de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc)	16160	mês	21	R\$372,00	R\$ 7.812, 00
TOTAL MENSAL = R\$ 19.434,00						

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/Unidade: 00001/180137;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa: 33903999;

V) Plano Interno: 001.030.0574;

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o Termo de Referência elaborado de acordo com Decreto Estadual 68.185/23, e atesto que o servidor responsável por sua elaboração atende os requisitos do Artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021.

MARCELO LUIS ALVES DE FREITAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:40:02.

LETICIA KAROLINE YAMAKAWA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 14:10:59.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00090988/2024-74

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, que necessitam de investigação/apuração de infrações penais, na área da sub-região policial administrativa da Delegacia Seccional de Polícia de Registro, a qual abrange as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Juquiá e Miracatu, com a disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados**, nos termos da Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018, e em atendimento à Resolução SSP 44 de 2011, que estabelece obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório no âmbito da Secretaria de Segurança Pública nos casos de inexistência de convênios.

2.2. A terceirização de serviços se faz necessária, uma vez que não possuímos veículos adequados para remover com segurança os itens relacionados com a apreensão que consta no escopo do presente, tampouco servidores especializados para, diuturnamente, prestarem esses serviços 24 horas, desviando-os assim das atividades fim da instituição. A regularidade nas remoções é fundamental para disponibilidade imediata do serviço, evitando atrasos no andamento nos procedimentos, que, às vezes dependem de perícias. Portanto, a pronta remoção do veículo ao local de destino, no caso, um pátio único de depósito e guarda de veículos, otimiza também a demanda policial.

2.3. A Resolução SSP-44, de 06/04/2011, alterou a Resolução SSP-09, de 10 de janeiro de 2011, que estabeleceu a obrigatoriedade de realização de procedimentos licitatórios, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, com vistas à contratação de serviços de remoção, depósito e guarda de veículos retidos, removidos ou apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária, nos casos de inexistência de convênios, e dá outras providências e disciplina que:

“Artigo 1º: Nos municípios em que não for possível a celebração de convênio com as prefeituras locais, fica a Polícia Civil autorizada a realizar procedimentos licitatórios com vistas à contratação de serviços de remoção, depósito e guarda dos veículos retidos, removidos ou apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária. Parágrafo único: A licitação poderá incluir o atendimento a mais de uma cidade, de acordo com as características geográficas de cada região.”

2.4. De forma geral, destaca-se que as atividades previstas nesse estudo são complementares, de extrema importância para a Polícia Civil no cumprimento de sua missão institucional, mas acessórias à atividade fim da instituição.

2.5. Busca-se ainda a continuidade dos serviços onde já foram implementados, visto que o contrato anteriormente assinado expirou em 30 de março de 2025, sendo prorrogado de forma excepcional por até doze meses, o qual findar-se-á em 30/03/2026. A contratação de nova empresa é imprescindível e iminente para garantir a manutenção do serviço de remoção de veículos.

2.6. Para levantamento da demanda atual das unidades serão utilizados os dados relativos a recolhimento (veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos e recolhidos pelas Unidades Policiais subordinadas) no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025.

2.7. Para fins de remoção serão consideradas as seguintes espécies de veículos automotores e outros tracionados:

a) Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);

b) Motocicletas (ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, câmbios, motores, peças, outros tracionados etc.).

2.8. A presente contratação abrangerá as 13 (treze) delegacias desta sub-região Policial, a saber:

- DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO - Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE REGISTRO - Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- DELEGACIA SECCIONAL DE REGISTRO PLANTÃO - Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- 01 D.P. DE REGISTRO - Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- 02 D.P. DE REGISTRO - Rua Antônio Bialé Gonzaga, s/n., Vila Nova, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS DE REGISTRO - Rua Tamekishi Takano, n. 730, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE ENTORPECENTES - Rua Getúlio Vargas, n. 171, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;
- DELEGACIA DE POLÍCIA DE SETE BARRAS - Rua Alexandre Agenor de Moraes, n. 173, Centro, Sete Barras-SP, CEP: 11910-000;
- DELEGACIA DE POLÍCIA DE JUQUIÁ - Avenida Brasil, n. 155, Jd. Juquiá, Juquiá-SP, CEP: 11800-000;
- DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIRACATU - Avenida Washington Luis, n. 342, Vila Formosa, Miracatu-SP, CEP: 11850-000;
- DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA - Avenida Central, n. 290, Balneário Porto Velho I, Ilha Comprida-SP, CEP: 11925-000;
- DELEGACIA DE POLÍCIA DE IGUAPE - Rua Major Rebelo, n. 283, Canto do Morro, Iguape-SP, CEP: 11920-000;
- 1º D.P. DE IGUAPE - Rua Francisco Marques de Aguiar, n. 215, Rocio, Iguape-SP, CEP: 11920-000.

2.9. Este documento foi confeccionado por meio do Sistema ETP Digital, em observância ao Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado de São Paulo, e em total cumprimento ao Decreto Estadual nº 68.017/2023.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO:

3.1.1. O serviço objeto da presente contratação é classificado como "comum", havendo como se estabelecer padrões objetivos de desempenho e qualidade, tendo, em essência, as seguintes características:

3.1.1.1. "Natureza continuada", tendo em vista poder ser demandado a qualquer momento ou prazo, sendo indispensável ao cumprimento das atividades legais do órgão e necessários por período indeterminado;

3.1.1.2. "Sem mão de obra com dedicação exclusiva", não gera exclusividade da mão de obra na prestação dos serviços, ou seja, não demanda a disposição e utilização de toda a mão de obra da Contratada, o tempo todo, para desempenho dos serviços de remoção. Não há necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante, em suas dependências. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

3.1.1.3. "Sem exclusividade", tendo em vista que o tipo de prestação de serviço a ser contratado não requer exclusividade na prestação dos serviços, assim, a contratada poderá prestar os mesmos serviços

a outros órgãos, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, devendo apenas cumprir o contrato firmado junto à contratante.

3.1.1.4. "Sem predominância de mão de obra", tendo em vista que o serviço de remoção de veículos não necessita de vários empregados para realizar as remoções, até mesmo porque não são todos os dias que há veículos apreendidos a serem recolhidos pela contratada, atendendo às demandas conforme a necessidade.

3.1.2. Dessa forma, os serviços que integram o presente objeto são classificados como contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra.

3.2. DO OBJETO:

3.2.1. Prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, com disponibilização de guincho e/ou outros veículos apropriados.

3.2.2. A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária, do local da apreensão até o pátio contratado por esta Delegacia Seccional de Polícia, com disponibilização de guinchos e outros equipamentos apropriados.

3.2.3. Tempo de contratação: 30 (trinta) meses com possibilidade de renovação por igual período, até o limite de 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

3.2.4. O presente procedimento restringe-se aos veículos, peças e outros tracionados apreendidos pela Delegacia Seccional de Polícia de Registro e demais unidades subordinadas, descritas no item 2.8. deste ETP.

3.2.5. Para os fins da contratação pretendida, consideram-se:

- Veículos Leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);
- Motocicletas (motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixas de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc.).

a) Motocicletas (motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixas de câmbio, chassi e outras peças/acessórios);

b) Veículos leves (automóvel, utilitário, caminhonete, camioneta);

3.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.3.1. Por se tratar de serviço comum, indica-se que melhor seria que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

3.3.2. O Pregão Eletrônico é modalidade de licitação que melhor integra os interessados, sendo que independente de onde o licitante se encontre ele conseguirá participar da disputa, ainda porque esta não demanda sua presença física, mas apenas no ambiente virtual, que pode ser acessado por computadores ou smartphones, a qual ocorre com maior transparência não só aos participantes, mas a todo e qualquer cidadão interessado, permitindo, ademais, que o poder público conte com maior número de propostas, a fim de escolher aquela que melhor se adequa às suas necessidades e demandas, gerando assim, maior competitividade e maior chance de oferta de valores menores e vantajosos ao erário.

3.3.3. O critério de julgamento de menor preço se mostra mais acertado, tendo em conta que eventual avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas, excedendo os requisitos mínimos das especificações exigidas, não são necessariamente relevantes aos fins pretendidos pela Administração, para esta contratação.

3.3.4. De tal feita, a economicidade a ser obtida pela Administração poderá ser conseguida, neste caso, pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado procedimento licitatório, tendo este o fator preponderante do "MENOR PREÇO".

3.3.5. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, entende-se que a Administração poderá obter a economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação aos serviços ofertados pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que ofertar o MENOR PREÇO para a realização dos serviços.

3.4. MODO DE DISPUTA

3.4.1. Entende-se que o modo de disputa mais adequado ao certame seria o de disputa aberta.

3.4.2. Em consonância ao Inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, se amoldando, assim, de maneira adequada, a pregões cujo critério de julgamento seja o "menor preço" para os itens da licitação.

3.4.3. Outrossim, no modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

3.4.4. O estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta o risco de ofertas baseadas em valores fora dos preços de mercado, tal como pode ocorrer em uma etapa fechada, a qual é, em sua forma, sigilosa. Ademais, na disputa aberta os preços ficam claros para melhor competição entre os participantes, contribuindo, assim, para que a licitação alcance não só o melhor preço, mas também aquele que é exequível.

3.4.5. Não obstante, no caso em exame, não há informações de que outro modo de disputa, que não o aberto, possam garantir maiores vantagens econômicas ou de gestão à Administração, quanto menos em termos de celeridade ou simplificação do procedimento licitatório.

3.4.6. Entende-se que o procedimento em comento envolve a prestação dos serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, vez que as atividades não demandam que empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante, em suas dependências e/ou com obrigatoriedade de subordinação, sendo que o contratado pode compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para a execução de outros contratos com diferentes órgãos ou empresas.

3.4.7. Conforme Decreto Estadual nº 67.985/2023 que regulamentou o disposto no Art. 20 da Lei Federal nº 14.133 /2021, a contratação os serviços pretendidos não se enquadram na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

3.4.8. O enquadramento acima exposto, quanto aos serviços pretendidos, seguiu os conceitos emanados na Lei 14.133/2021, sendo que por se tratarem de conceitos claros trazidos pela própria legislação, inexistente necessidade de manifestação específica do Setor Técnico quanto a esta matéria.

3.4.9. Ademais, entende-se que não pode ser admitida em hipótese alguma a subcontratação dos serviços contratados.

3.5. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

3.5.1. A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária, do local da apreensão até o pátio contratado por esta Delegacia Seccional de Polícia.

3.5.2. Atualmente o pátio contratado para depósito e guarda das remoções, denominado "IVAN DEL REI CORREA - EPP", localizado na Estrada municipal RGT 368, s/n., bairro Morro Alto, CEP 11900-000, Registro/SP.

3.5.3. As remoções deverão atender de forma contínua, ou seja, 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive feriados.

3.5.4. Central de atendimento preferencialmente via aplicativo de mensagens (whatsapp) que funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados;

3.5.5. Remoção de veículos leves, motocicletas, motores, peças ou partes, nas condições em que se encontrarem (trancados, queimados, sem rodas, etc.).

3.5.6. Atendimento nas cidades de Registro, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Iguape e Ilha Comprida.

3.5.7. Realizar a remoção em até 04 (quatro) horas após o acionamento;

3.5.8. Todos os veículos empregados na execução do serviço devem seguir rigorosamente as normas de trânsito.

3.5.9. Recomenda-se que os pagamentos sejam feitos após o encerramento de cada mês, a somatória advinda do preço unitário de cada veículo ou peça removido, sendo o preço cobrado por preço categoria de veículo ou peça removido, em conformidade com a "quantidade estimada de remoções" a ser melhor elencada no termo de referência e edital, recomendando-se a seguinte classificação:

- Veículos Leves: automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.;

- Motocicletas: ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixas de câmbio, chassi e outras peças /acessórios, etc;

3.5.10. Os tipos de veículos foram especificados conforme características e peculiaridades de cada seguimento, tendo em vista que cada tipo de veículo demanda serviços e ações diferenciadas quanto ao acionamento para sua remoção, método de transporte, tempo de atendimento, metodologia de remoção, forma de eventual condução, prática de mercado, acondicionamento e espaço físico demandado no pátio. Por isso, e para atender a prática da segmentação e apropriação de custos, comum no mercado, foram definidos estes tipos de veículos, ao que eventuais dúvidas sobre enquadramentos quando da remoções de veículos ou objetos serão redimidas pelo gestor do contrato a ser indicado pela Administração.

3.5.11. Entende-se que a prestação de serviços de remoção em estudo contemplará somente remoções ordinárias.

3.5.12. Consideram-se ordinárias as remoções dos veículos que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas por Atos de Polícia Judiciária, após a assinatura do contrato e a expedição da respectiva ordem de início dos serviços.

3.5.13. A remoção ordinária será executada do local em que se encontrar o veículo apreendido para o pátio de depósito descrito no item 3.5.2., ou aquele que vier a suceder em nova contratação, sendo a distância máxima de 20km da sede desta Delegacia Seccional de Polícia.

3.5.14. Por determinação da Autoridade Policial requisitante, o veículo deverá ser primeiramente apresentado à Delegacia de Polícia para a execução dos atos de Polícia Judiciária e/ou pericial que, a seu juízo, se fizerem necessários.

3.5.15. Caso o tempo de permanência previsto para a realização de atos de Polícia Judiciária e /ou pericial seja superior a uma hora, o motorista responsável pela remoção (preposto da contratada), com anuência da Autoridade Policial, poderá deixar o veículo no pátio da Unidade Policial, retornando após novo chamado com vistas à remoção ao pátio respectivo.

3.5.16. Neste caso, para efeito de pagamento, os dois trechos serão considerados como uma única remoção.

3.5.17. Recomenda-se que o processo de remoção seja feito de forma a preservar as condições em que se encontrava o objeto do transporte, assumindo a contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços, sendo prevista a utilização de veículo guincho apropriado para o determinado fim, para a remoção de veículos trancados, queimados e/ou sem rodas, bem como, se necessário, o acionamento de chaveiro na impossibilidade de remoção de veículos

trancados, cujo câmbio pode ser danificado sem o destrancamento. Ficando previsto, também, a utilização de guinchos com cabos de aço para remover veículos precipitados em ribanceiras em até 200m (duzentos metros), bem como em cursos d'água, lago, represas e afins.

3.5.18. Recomenda-se que a remoção ao pátio de depósito só possa ser realizada após prévia vistoria, que será realizada por Policial Civil designado pela Autoridade Policial requisitante, mediante o preenchimento de formulário próprio e registros fotográficos digitais, que serão registrados no prontuário do veículo apreendido, as quais serão anexadas ao respectivo "Auto de Vistoria para Remoção".

3.5.18.1. O "Auto de Vistoria para Remoção" descreverá em detalhes as condições do veículo, contendo, no mínimo:

- Número e Denominação da Unidade Policial
- Data
- Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial
- Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo
- Características gerais (marca, modelo, chassi, placa etc.)
- Quilometragem
- Estado geral da lataria
- Estado geral dos pneus
- Estado geral dos vidros
- Estado geral dos bancos
- Possui rodas
- Possui estepe
- Existência de motor e caixa de câmbio
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo etc.)
- Possui aparelho de som e/ou imagem
- Possui retrovisores
- Possui extintor de incêndio
- Possui faróis e lanternas íntegro
- Veículo andando quando acionado

3.5.18.2. O "Auto de Vistoria para Remoção" deverá conter a identificação (nome completo e RG) e ser assinado:

- Pelo policial civil que o lavrou
- Pelo proprietário, se presente ao ato
- Pelo motorista responsável pela remoção

3.5.18.3. Na chegada ao pátio, mas antes do recebimento do veículo para depósito e guarda, o representante do pátio receberá cópia do "Auto de Vistoria para Remoção", confrontando suas informações com as condições do veículo que lhe for apresentado, repetindo a vistoria, se necessário.

3.6. ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.6.1. A presente contratação restringe-se aos veículos e outros tracionados apreendidos pelas Unidades Policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Registro, as quais se encontram relacionadas na tabela abaixo:

MUNICÍPIO	UNIDADE POLICIAL	ENDEREÇO	DISTÂNCIA APROXIMADA DO PÁTIO
Registro-SP	DELEGACIA SECCIONAL	Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6 KM
	DDM REGISTRO	Avenida Clara Gianotti de Souza, n. 1051, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6 KM
	PLANTÃO POLICIAL	Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6,6 KM
	1º DP REGISTRO	Rua José Antônio de Campos, n. 376, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6,6 KM
	2º DP REGISTRO	Rua Antônio Bialé Gonzaga, s/n., Vila Nova, Registro-SP, CEP: 11900-000;	7,6 KM
	DIG REGISTRO	Rua Tamekishi Takano, n. 730, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6,2 KM
	DISE REGISTRO	Rua Getúlio Vargas, n. 171, Centro, Registro-SP, CEP: 11900-000;	6,8 KM
Sete Barras-SP	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SETE BARRAS	Rua Alexandre Agenor de Moraes, n. 173, Centro, Sete Barras-SP, CEP: 11910-000;	27 KM
Juquiá-SP	DELEGACIA DE POLÍCIA DE JUQUIÁ	Avenida Brasil, n. 155, Jd. Juquiá, Juquiá-SP, CEP: 11800-000;	38 KM
Miracatu-SP	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIRACATU	Avenida Washington Luis, n. 342, Vila Formosa, Miracatu-SP, CEP: 11850-000	55,1 KM
Iguape-SP	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IGUAPE (SEDE)	Rua Major Rebelo, n. 283, Canto do Morro, Iguape-SP, CEP: 11920-000;	74 KM
	1º DP DE IGUAPE	Rua Francisco Marques de Aguiar, n. 215, Rocio, Iguape-SP, CEP: 11920-000.	68,7 KM
	DELEGACIA DE	Avenida Central, n. 290, Balneário	

Ilha Comprida-SP	POLÍCIA DE ILHA COMPRIDA	Porto Velho I, Ilha Comprida-SP, CEP: 11925-000;	77,9 KM
------------------	-----------------------------	---	---------

3.6.1.1. Ressalte-se que na hipótese de eventual mudança no endereço de funcionamento das Unidades Policiais, não deve haver impacto substancial nas distâncias em razão de permanecerem nas mesmas cidades em que hoje estão instaladas.

3.6.1.2. De outra ponta, caso haja mudança no endereço de funcionamento do pátio de depósito, pode vir a ocorrer impacto considerável nas distâncias acima descritas.

3.7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.7.1. Tendo em vista a peculiaridade, a complexidade e a natureza dos serviços e dos investimentos que deverão ser realizados pela contratada, entende-se que o prazo de 30 (trinta) meses de vigência parece ser adequado e razoável para a contratação desejada, devendo este iniciar sua contagem quando do início da execução dos serviços, mediante expedição de respectiva Ordem de Início de Execução dos Serviços pela Administração.

3.7.2. Entende-se que o prazo de 30 (trinta meses), ademais, coaduna com o dispêndio de tempo e recursos humanos relacionados com a realização da licitação e decorrente contratação, ao que prazo inferior ao mesmo poderia mostrar-se, assim, desvantajoso, vez que a repetição do expediente em tempo menor poderia comprometer as demais atividades desempenhadas pelos setores administrativos encarregados.

3.7.3. Ademais, um prazo razoável de duração contratual pode ensejar maior interesse e confiança em licitantes, indicando ao fornecedor que o mesmo terá tempo suficiente para recuperar investimentos que venham as ser feitos para a prestação do serviço contratado.

3.7.4. De outra ponta, ressalta-se que caso seja de interesse da Administração, o Contrato poderá ser prorrogado por igual período, de forma sucessiva, respeitando-se o limite decenal total previsto no Artigo 107 da Lei 14133/21.

3.8. DO PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

3.8.1. Recomenda-se que o início da prestação dos serviços ocorra, desde que emitida a respectiva Ordem de Início de Execução dos Serviços pela Administração, no prazo máximo de 15 dias da assinatura do contrato.

3.8.2. A emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços está condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, do atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade, que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a garantia, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

3.8.3. Somente após verificado o atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência é que será expedida a Ordem de Início de Execução dos Serviços pela Administração.

3.8.4. A Ordem de Serviço somente será emitida uma vez atendidas todas as previsões do Edital e Termo de Referência, a ser confeccionado pela Seccional.

3.9. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA

3.9.1. O procedimento licitatório deve ser realizado pelo Sistema Federal Compras.gov.br, por meio de funcionalidade específica para realização de Pregões Eletrônicos, onde o licitante deverá inscrever-se para participar do evento, ocasião em que informará estar ciente das regras e condições, podendo, assim, cadastrar oferta.

3.9.2. Ademais, quando da fase aberta de lances da sessão pública, poderá participar e, dentro do prazo estabelecido pelo Sistema Federal Compras.gov.br, em campo próprio deste, ofertar lances, se assim desejar.

3.9.3. Encerrada a fase aberta de lances, o aludido Sistema irá selecionar a proposta que melhor restou classificada, momento em que a Administração irá intentar negociação, de modo a reduzir o preço ofertado, se o caso, bem como passar a realizar a averiguação de condições de habilitação, solicitando, ademais, o envio da proposta de acordo com modelo estabelecido pela Administração, a ser disponibilizado no respectivo Edital.

3.9.4. O valor selecionado deverá ser igual ou inferior ao valor de referência estabelecido, sendo este calculado com base no valor global, somando-se todos os itens licitados, os quais se encontraram disponibilizados na forma de um único lote, ao que, de tal feita, o licitante interessado deverá participar de modo a ofertar proposta para todos os itens, não sendo admitida a participação em itens de forma individual.

3.9.5. Recomenda-se que quando da análise da proposta, seja observado o atendimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, desclassificando-se aquela que:

- traga objeto que não atenda as especificações, prazos e condições fixados;
- tenha sido apresentada por licitante impedido de participar em razão de qualquer impedimento legal;
- não englobe todos os itens licitados;
- apresente valor considerado inexequível, seja para a totalidade ou em algum dos itens.

3.9.6. O valor contratado para os serviços contemplará todos os custos referentes aos equipamentos auxiliares e mão de obra para a operação dos serviços, inclusive seguro, tributos, encargos, taxa, locação de veículos, se houver, funcionários e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

3.10. DO DOCUMENTO FISCAL A SER EMITIDO PELA PRESTADORA

3.10.1. Entende-se que constitui obrigação inarredável e intransferível da contratada, expedir documento fiscal correspondente ao (s) serviço(s) prestado(s), recolhendo os respectivos tributos previstos na legislação vigente.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONAL DE REGISTRO	JAIR PINTO PEREIRA

5. Levantamento de Mercado

5.1. No levantamento de mercado não foram encontradas alternativas viáveis para a execução dos serviços de remoção de veículos apreendidos em razão dos atos de Polícia Judiciária, além da contratação de uma empresa especializada nesse tipo de atividade, após consulta às Prefeituras dos municípios da sub-região e não obter respostas positivas no sentido de manifestarem interesse em firmar convênio. Durante a pesquisa, foi constatado que as soluções disponíveis para atender os requisitos da contratação exigem equipamentos e infraestrutura que somente empresas especializadas podem oferecer.

5.2. A remoção de veículos envolve não apenas o deslocamento físico dos automóveis, mas também o cumprimento de requisitos legais e de segurança, bem como o uso de equipamentos apropriados, como guinchos, plataformas de transporte e mecanismos de içamentos. Esses fatores tornam imprescindível o envolvimento de uma empresa que possua expertise no setor.

5.3. No levantamento de mercado levou-se também em consideração contratações similares que vem sendo realizadas por diversas UASG da Polícia Civil nos exercícios anteriores para a solução do mesmo problema enfrentado nesta sub-região policial.

5.4. Diante da ausência de soluções alternativas no mercado e das especificidades que o serviço demanda, a contratação de uma empresa especializada mostrou-se, tecnicamente, a única opção viável para garantir a execução adequada, segura e eficiente das remoções de veículos. O levantamento de mercado indicou a viabilidade da contratação, a existência de soluções compatíveis com as necessidades da DELSECPOL e a disponibilidade de fornecedores no mercado, ainda que restrita. As informações coletadas demonstram que a terceirização do serviço é prática consolidada, viável e eficiente para o atendimento da necessidade pública em questão.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A remoção, usualmente chamada de "guinchamento" ou "reboque", consiste no transporte de veículos e outros tracionados apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária para o pátio indicado pela autoridade policial competente, onde ficarão custodiados até a sua regular liberação.

6.2. A remoção será feita por PREÇO UNITÁRIO, ou seja, por veículo removido, sendo o preço cobrado por categoria de veículo removido, em conformidade com a "quantidade estimada de remoções", elencadas no subitem 7 deste ETP, segundo a seguinte classificação:

a) Motocicletas (motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixas de câmbio, chassi e outras peças/acessórios);

b) Veículos leves (automóvel, utilitário, caminhonete, camioneta);

6.3. A prestação de serviços de remoção contemplará as remoções ordinárias.

6.3.1 Consideram-se ordinárias as remoções dos veículos que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas após a assinatura do contrato e a expedição da respectiva ordem de início dos serviços.

6.4. A remoção ordinária será executada do local em que se encontrar o veículo apreendido para o pátio indicado pela autoridade policial competente.

6.4.1 Por determinação da autoridade policial requisitante, o veículo deverá ser primeiramente apresentado à Delegacia de Polícia para a execução dos atos de polícia judiciária que, a seu juízo, se fizerem necessários.

6.4.2 Caso o tempo de permanência previsto seja superior a uma hora, o motorista responsável pela remoção (preposto da contratada), com anuência da autoridade policial, poderá deixar o veículo no pátio da unidade policial, retornando após novo chamado com vistas à remoção ao pátio respectivo.

6.4.3 Neste caso (dos itens 6.4.1 e 6.4.2), para efeito de pagamento, os dois trechos serão considerados como uma única remoção.

6.5. O processo de remoção será feito de forma a preservar o objeto do transporte, a fim de evitar quaisquer danos ao veículo apreendido, sendo prevista a utilização de equipamentos montados sobre caminhão convencional (com chassi alongado) ou concebidos num conjunto que já compreende caminhão e equipamento num só, para a remoção de veículos trancados, queimados e/ou sem rodas, bem como, se necessário, o acionamento de chaveiro na impossibilidade de remoção de veículos trancados, cujo câmbio pode ser danificado na ausência deste.

6.5.1 Fica prevista também, a utilização de guinchos com cabo de aço para remover veículos precipitados em ribanceiras de até 200m (duzentos metros), bem como em cursos de água, lago, represa e afins.

6.6. A presente contratação restringe-se aos veículos e outros tracionados apreendidos pelas Unidades Policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Registro, as quais encontram-se relacionadas no item 3.6.1.

6.7. Eventual mudança de endereço das unidades relacionadas no item 3.6.1., modificações na estrutura da Administração, ou acréscimo/decrécimo de unidades não interferirá na remuneração dos serviços a ser prestado, desde que sejam localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Iguape e Ilha Comprida.

6.8. Incluem-se, portanto, motocicletas, veículos leves, peças e outros tracionados que virem a ser apreendidos no decorrer da vigência contratual (remoção ordinária).

PRAZOS DE EXECUÇÃO

6.9. Os serviços serão prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.10. A contratada deverá disponibilizar linha telefônica, com aplicativo de mensagens, para atendimento à autoridade policial bem como endereço de e-mail e outros meios de contato que torne possível o envio da ordem de remoção e a comunicação dos dados e informações pertinentes a solicitação de remoção.

6.11. A remoção do veículo do local em que se encontra apreendido para o pátio correspondente (remoção ordinária) somente poderá ser realizada após comunicação à contratada, com posterior formalização por meio de mensagem eletrônica (e-mail).

6.11.1. As remoções dos veículos poderão ocorrer nos endereços das Unidades Policiais do item 3.6.1., mas também em toda área desta Delegacia Seccional de Polícia de Registro, sejam em estradas pavimentadas ou não, na área urbana ou rural, sendo de responsabilidade da Contratada a disponibilização dos meios necessários para a realização do guinchamento, inclusive nas situações mais diversas possíveis, compreendendo os seguintes sinistros entre outros: veículos fruto de capotamento, veículos sem condições de rodagem, veículos posicionados em penhascos, ribanceiras, barrancos, valas, submergidos em rios e outros.

6.11.2. As remoções deverão ocorrer mesmo que em condições climáticas desfavoráveis como forte chuva ou sol, frio intenso, neblina, serração, baixa luminosidade e outras, resguardando-se sempre a segurança dos envolvidos, devendo-se utilizar de todos os meios e equipamentos necessários para tal. Casos extremos deverão ser reportados à Autoridade Policial, aguardando-se momento oportuno para a remoção.

6.12. A remoção deverá ser iniciada em até 04 (quatro) horas contadas da chamada inicial feita pela Autoridade Policial competente ou seu agente, em exercício na Unidade Policial requisitante, devendo tudo ser registrado em formulário próprio.

6.12.1. O termo inicial do prazo previsto neste subitem é o horário de conclusão do envio das informações necessárias a remoção, tais como, número do registro da ocorrência, endereço da remoção e de destino, nome do responsável no local, independentemente de envio posterior de mensagem eletrônica (e-mail) com os dados da remoção.

6.13. O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido no subitem anterior ensejará a aplicação de percentual de desconto que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção de veículos leves ou motocicletas, conforme o caso, na seguinte proporção:

Tempo para Início da Remoção	Percentual de Desconto
Até 4 horas	Zero
De 4 a 8 horas	-5%
De 8 a 16 horas	-10%
Acima de 16 horas	-15%

6.14. A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas, em especial as previstas na Resolução SSP-333/2005 com alterações posteriores.

6.15. Quaisquer circunstâncias alheias à vontade da Contratada que impeçam de dar cumprimento aos prazos previstos deverão ser reduzidas a termo e apresentadas ao gestor do contrato em até 3 (três) dias corridos para apreciar a justificativa. Caso acolhida, nenhum desconto será realizado.

DAS ESPECIFICAÇÕES DOS GUINCHOS

6.16. A Contratada obriga-se a disponibilizar guinchos apropriados e compatíveis com as remoções a serem realizadas, nas condições que constam deste ETP e do Termo de Referência, e em quantidade suficiente para garantir que as remoções ordinárias sejam realizadas em até 4 (quatro) horas a partir da solicitação pela autoridade policial competente.

6.17. Os veículos empregados na execução do serviço contratado deverão seguir rigorosamente o contido nas normas de trânsito, no tocante às autorizações para circulação e execução das atividades de transporte de carga, previstas especificamente nos seguintes dispositivos:

- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- Lei Federal nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007;
- Resolução ANTT nº 4799 de 17/07/2015 (com alterações posteriores);
- Resolução CONTRAN nº 735, de 05 de junho de 2018 (com alterações posteriores).

6.18. A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos de transporte que serão empregados na execução do serviço, a fim de verificar o cumprimento efetivo das normas previstas no edital e na legislação vigente.

6.19. A Contratada deverá disponibilizar aparelho de comunicação portátil do tipo celular ou rádio comunicador digital a todos os motoristas/operadores dos veículos, com vistas a possibilitar a comunicação direta com a unidade policial requisitante e com o responsável pelo pátio em que o veículo ou tracionado apreendido será depositado.

DA VISTORIA PARA REMOÇÃO

6.20. Toda e qualquer remoção deverá ser feita de modo a preservar as condições em que se encontrava o veículo ou tracionado apreendido, assumindo a contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços.

6.21. A remoção só poderá ser realizada após vistoria prévia que será realizada por Policial Civil designado pela Autoridade Policial requisitante mediante preenchimento de formulário próprio e registro fotográfico digital que serão registrados no prontuário do veículo apreendido.

6.21.1. O registro fotográfico deverá ser feito em formato digital e será realizado de modo a possibilitar a constatação das suas condições no momento da apreensão, nos seguintes ângulos: visualização frontal, lateral direita, lateral esquerda e traseira, além do registro de imagem digital do seu interior, inclusive, quando possível, com as imagens digitais dos números de chassi e motor, as quais serão anexadas ao respectivo "Auto de Vistoria para Remoção" e inseridas no sistema informatizado e no prontuário do veículo.

6.22. O "Auto de Vistoria para Remoção" descreverá em detalhes as condições do veículo, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número e denominação da Unidade Policial;
- Data, hora e endereço da remoção;
- Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial;
- Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo;
- Características gerais (marca, modelo, ano fabricação e modelo, número chassi e motor, placa, etc.);
- Quilometragem; Estado geral da lataria; Estado geral dos pneus;
- Estado geral dos vidros;
- Estado geral dos bancos;
- Possui rodas;
- Possui estepe;
- Existência de motor e caixa de câmbio;
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas, triângulo, etc.);

- Possui aparelho de som e/ou imagem;
- Possui retrovisores;
- Possui extintor de incêndio;
- Possui faróis e lanternas íntegros;

6.23. O "Auto de Vistoria para Remoção" será assinado pelo Policial Civil que o lavrou, pelo proprietário, se presente ao ato, e pelo motorista responsável pela remoção, todos devidamente identificados por nome completo e número de RG.

6.24. Cópias do "Auto de Vistoria para Remoção" serão entregues:

- a) ao proprietário do veículo apreendido, seu representante ou legítimo possuidor;
- b) ao motorista responsável pela remoção, proposto da contratada, que assinou o Auto de Vistoria para Remoção;
- c) à Autoridade Policial requisitante para juntada ao Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial lavrado em razão da apreensão, juntamente com o Auto de Exibição e Apreensão do Veículo;
- d) ao representante do pátio em que o veículo será recolhido, no momento de sua entrega;

6.25. A remoção do veículo só poderá ser autorizada pela autoridade policial após a elaboração do "Auto de Vistoria para Remoção".

6.26. Na chegada ao pátio, mas antes do recebimento do veículo para depósito e guarda, o representante do pátio receberá cópia do "Auto de Vistoria pra Remoção", confrontando suas informações com as condições do veículo que lhe for apresentado, repetindo a vistoria se necessário.

6.26.1. Constatadas eventuais divergências, o representante do pátio deverá informá-las em formulário próprio, providenciando o seu registro fotográfico. Após, deverá entregar cópia ao preposto da contratada responsável pela remoção e ao policial civil presente no ato, que entregará a autoridade policial requisitante para adoção das providências pertinentes;

6.26.2. Com ou sem constatação de divergências, o representante do pátio atestará, mediante recibo, que recebeu o veículo e sua via do "Auto de Vistoria para Remoção", após o que o preposto da contratada poderá retornar ao seu estabelecimento, dando-se por encerrada a remoção.

DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.27. Toda remoção deverá ser comunicada por e-mail ao gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços mediante o envio de cópia do "Auto de Vistoria para Remoção";

6.28. Essa comunicação caberá simultaneamente à Contratada e ao Policial Civil da Unidade Policial que requisitou a remoção.

6.29. No primeiro dia útil subsequente ao do mês da prestação de serviços, a Contratada emitirá relatório informando a quantidade de remoções realizadas no mês anterior e a encaminhará ao servidor indicado pela contratante para atestar a execução dos serviços juntamente com a nota fiscal correspondente àquele período.

6.30. O Gestor/Fiscal do contrato ou servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços deverá confrontar a nota fiscal e o relatório enviado pela contratada com os dados informados pelas unidades policiais.

6.30.1. Havendo divergências, caberá a contratada providenciar a sua correção no prazo de 3 (três) dias úteis.

6.30.2. Não havendo divergências, o Gestor/Fiscal do contrato emitirá em até 03 (três) dias úteis o "Atestado de Execução dos Serviços" que deverá ser encaminhado ao setor de finanças da Delegacia Seccional de Polícia de Registro, juntamente com a Nota Fiscal e o relatório emitido pela contratada com vistas à realização do pagamento.

DA CONFIDENCIALIDADE

6.31. Tendo em vista que se trata de licitação em que a Contratada atuará como operadora que tratará dados pessoais em nome da Contratante, o início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a apresentação da relação de profissionais da Contratada que atuarão no âmbito desta contratação e a assinatura dos respectivos Termos de Confidencialidade, Sigilo e Uso, comprometendo-se a observar as normas de segurança, privacidade e proteção de dados e informações.

DISPOSIÇÕES FINAIS

6.32. A Contratada deverá preservar todas as condições exigidas ao longo da execução do contrato. Caso contrário, havendo falhas, será solicitada a imediata correção por parte da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.33 Os valores indicados na proposta da contratada contemplarão todos os custos envolvidos com a execução dos serviços, inclusive seguros, tributos, encargos, mão de obra e demais custos inerentes ao pleno atendimento do objeto contratado.

6.34 Todos os fatos decorrentes da execução dos serviços deverão ser comunicados ao gestor do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Para a estimativa de quantidades a serem contratadas foi considerado o histórico de remoções realizadas nos anos de 2024 e 2025 (Anexo I), conforme memória de cálculo abaixo:

--	--	--

MÊS E ANO DE REFERÊNCIA	VEÍCULOS LEVES	MOTOCICLETAS PEÇAS
JAN 2024	21	24
FEV 2024	25	19
MAR 2024	22	17
ABR 2024	30	19
MAI 2024	29	22
JUN 2024	32	21
JUL 2024	35	19
AGO 2024	32	16
SET 2024	26	18
OUT 2024	28	17
NOV 2024	21	23
DEZ 2024	17	23
JAN 2025	22	24
FEV 2025	26	23
MAR 2025	24	21
ABR 2025	23	22
MAI 2025	30	23
JUN 2025	28	22
JUL 2025	25	21
AGO 2025	29	17
SET 2025	19	17
OUT 2025	23	21
NOV 2025	21	19
DEZ 2025	19	20
QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	26	21
QUANTIDADE ESTIMADA 30 MESES	780	630

7.1.1 Para cálculo da Quantidade Mensal Estimada foi calculada a média das remoções no período indicado, os cálculos foram arredondados para cima para representar números inteiros.

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE 30 MESES
Motocicletas (ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, câmbios, motores, peças, outros tracionados etc.)	21	630
Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.)	26	780
TOTAL ESTIMADO DE REMOÇÕES	47	1410

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Valor estimado: R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais).

O Valor Mensal Estimado da Contratação é de R\$ 19.434,00 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) por mês, totalizando para o contrato de 30 (trinta) meses o Valor Estimado de R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais). Os valores aqui apresentados foram obtidos através da média dos valores de contratos similares, ainda em execução, bem como os orçamentos diretos obtidos com empresas da região (Anexo II).

Com base no decreto n. 67.888/23, foram efetuadas pesquisas no sistema terceirizados de contratações similares feitas pela Administração Pública, ainda vigentes e com valores atualizados, bem como pesquisa direta, solicitados orçamentos para empresas do ramo, com capacidade técnica para execução do serviço, bem como potencial capacidade documental, entretanto duas empresas apresentaram valores acima da média e foram desconsiderados, sendo utilizada a média aritmética como método matemático para definição do valor estimado para a contratação, resultando a seguinte média aritmética: valor por moto removida de R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais), valor por carro removido de R\$ 447,00 (quatrocentos e quarenta e sete reais), totalizando o valor mensal de R\$ 19.434,00 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) e para o período de 30 meses um montante de R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais).

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA OU RESUMO DA PESQUISA DE PREÇO

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE 30 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 30 MESES
Motociclo (Motocicletas, Motores, Caixas de Câmbio e outra peças)	21	630	R\$ 372,00	R\$ 7.812,00	R\$ 234.360,00
Veículos Leves (Automóveis, Utilitários, Caminhonetes, Camionetas, etc.)	26	780	R\$ 447,00	R\$ 11.622,00	R\$ 348.660,00
TOTAL				R\$ 19.434,00	R\$ 583.020,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1.1. A prestação dos serviços contínuos de remoção de veículos automotores e outros tracionados, peças e acessórios, apreendidos em decorrências da prática de atos de Polícia Judiciária, em tese, haveria a possibilidade do parcelamento do serviço de forma a possibilitar a contratação de uma empresa para cada tipo de veículo.

9.1.2. Contudo, observa-se que esse parcelamento não traz benefícios à administração. Primeiro, porque traria um maior custo administrativo decorrente da gestão e fiscalização de um número maior de contratos. Perder-se-ia também em economia de escala, visto que os custos fixos das empresas contratadas diluir-se-ia em um número menor de quantitativos fornecidos.

9.1.3. Por fim, destaca-se que o parcelamento da solução não trará ampliação da competitividade, visto que a natureza dos itens parcelados pertencentes a um mesmo nicho de mercado, de forma que as mesmas empresas participarão de todos os itens da licitação, sem ganhos econômicos ou de competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1.1 O serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outras peças ou tracionados apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, com a disponibilização e administração de pátio, foi contratado, de forma emergencial, com a empresa Ivan Del Rei Correa EPP, com sede na Avenida Haguemu Matsuzawa, 336, Vila Ribeirópolis, na cidade de Registro-SP, que teve início em 19/03/2026 e terminará em 18/09/2026, sendo que, brevemente, será contratada uma nova empresa, em procedimento licitatório diverso ao presente, em razão de suas peculiaridades que não se coadunam com a forma da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000212/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 25/07/24;

III) Id do item no PCA: 4;

IV) Classe/Grupo: 859 - Outros Serviços de Suporte;

V) Identificador da Futura Contratação: 180137-2/2025.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Os resultados pretendidos são:

12.1.1. Maior segurança e integridade dos veículos: Empresas especializadas tendem a ter equipamentos adequados e profissionais treinados, reduzindo o risco de danos aos veículos durante a remoção e transporte, o que também minimiza litígios ou reclamações por parte de proprietários.

12.1.2. Garantia de conformidade legal: Empresas especializadas em remoção de veículos já conhecem os procedimentos legais adequados, garantindo que todo o processo seja feito conforme a legislação, desde a remoção até o depósito e destinação final dos veículos.

12.1.3. Atendimento 24 horas: As Unidades Policiais poderão contar com atendimento em qualquer horário.

12.1.4. Desafogamento dos estacionamentos das Unidades: Os veículos serão removidos e destinados ao pátio credenciado no prazo de 4 (quatro) horas a partir do acionamento, desafogando os estacionamentos das unidades.

12.1.5. Agilidade no atendimento de ocorrências: Ocorrências criminais envolvendo veículos serão atendidas com rapidez, garantindo que as vias sejam desobstruídas rapidamente, melhorando a fluidez do trânsito e a segurança pública.

12.1.6. Maior eficiência na atividade fim da Polícia Civil.

12.2 A execução dos serviços a serem contratados serão acompanhados pela gestão e fiscalização do contrato, sendo de responsabilidade da fiscalização técnica o acompanhamento com o objetivo de avaliar o cumprimento das obrigações assumidas.

12.3 Para fins de aferição da adequação e correção dos serviços será efetuada uma Avaliação de Desempenho. Nesta deverão ser observados os vários indicadores definidos no ANEXO I – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS deste estudo.

O resultado insatisfatório e reiterado das Avaliações de Desempenho poderá acarretar a própria rescisão contratual de forma antecipada.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. No presente processo não será necessária adequação física de nenhuma unidade policial.

13.2. Outras providências com relação as qualificações técnicas, jurídicas e de habilitação da empresa a ser contratada serão especificadas no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O Serviço de Remoção de Veículos podem ter alguns impactos ambientais, dentre eles destacamos:

- Emissões de gases poluentes: Os veículos de remoção geralmente são caminhões de grande porte, que podem gerar altos níveis de emissão de dióxido de carbono (CO) e outros poluentes atmosféricos, contribuindo para o efeito estufa e a poluição do ar.
- Contaminação do solo e da água: Se o veículo a ser removido sofreu um acidente com vazamento de fluídos (como óleo, gasolina, ou líquidos de bateria), pode haver o risco de contaminação do solo e dos cursos d'água próximos, especialmente se os procedimentos de remoção não forem bem gerenciados.
- Ruído: O processo de remoção, principalmente em áreas urbanas densas, pode gerar ruído excessivo, causando poluição sonora, o que afeta tanto a fauna local quanto os seres humanos, especialmente em horários sensíveis.
- Descarte inadequado de resíduos: Durante a remoção de veículos, podem ser gerados resíduos perigosos (como peças danificadas, fluidos ou pneus), que precisam ser descartados adequadamente. A gestão inadequada desses materiais pode resultar em impacto ambiental negativo, como poluição de aterros ou áreas de descarte.
- Consumo de combustíveis fósseis: O uso constante de veículos de remoção demanda grandes quantidades de combustíveis fósseis, um recurso não renovável, o que pode aumentar a pegada de carbono da operação e contribuir para o esgotamento de recursos naturais.

A adoção de práticas mais sustentáveis, como a utilização de veículos elétricos ou a correta gestão de resíduos, pode mitigar esses impactos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta licitação encontra-se devidamente autorizada pela autoridade competente, incluída no PCA de 2025, sendo de suma importância para a instituição, haja vista que esta UASG possui contratação de serviços de guarda e depósitos de veículos apreendidos em decorrência de atos de Polícia Judiciária, sendo necessária a contratação de de serviços de guincho como complementação à atividade de serviços de pátio.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LETICIA KAROLINE YAMAKAWA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:04:13.

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar

MARCELO LUIS ALVES DE FREITAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 16:59:33.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo avaliação qualidade do serviço PDF.pdf (137.93 KB)
- Anexo II - vistoria veículo.pdf (228.47 KB)
- Anexo III - planilha estimativa guincho01-19-2026-122547.pdf (684.48 KB)
- Anexo IV - valor estimado guincho letícia (1).pdf (610.64 KB)

PLANILHA ESTIMATIVA

PROCESSO SEI 058.00090988/2024-74 – Remoção de veículos

MÊS E ANO DE REFERÊNCIA	CARRO	MOTOCICLETA PEÇAS
JAN 2024	21	24
FEV 2024	25	19
MAR 2024	22	17
ABR 2024	30	19
MAI 2024	29	22
JUN 2024	32	21
JUL 2024	35	19
AGO 2024	32	16
SET 2024	26	18
OUT 2024	28	17
NOV 2024	21	23
DEZ 2024	17	23
JAN 2025	22	24
FEV 2025	26	23
MAR 2025	24	21
ABR 2025	23	22
MAI 2025	30	23
JUN 2025	28	22
JUL 2025	25	21
AGO 2025	29	17
SET 2025	19	17
OUT 2025	23	21
NOV 2025	21	19
DEZ 2025	19	20
TOTAL	607	488
MÉDIA MENSAL	26	21

Baseado nas apreensões de veículos dos últimos 24 meses temos a média aritmética de 26 carros e 21 motocicletas, sendo arredondado a maior para facilitar cálculo de orçamento.


Jair Pinto Pereira
Setor de Administração e Finanças



SEI: 058.00001841/2023-37
SEI EXEC: 058.00073629/2024-52

Guincho leve

C.U. 20221013142

Nº PROC: 2019/014

NE 44/252 CT 13/82

Referente ao exercício 2024

Ivan Del Rei Corrêa EPP

CNPJ: 00.985.700/0001-82

339039-99 Ag. 3336-7 c/c 15133-5

MÊS REF.	QTDE	VALOR	NFS-E	NL	PD	TOTAL NO MÊS	VENC PD	INSERIDO NO SEI
JAN	21	R\$ 4.795,56	16.217	159	74	R\$ 11.464,20	29/02/2024	08/02/2024
	24	R\$ 6.668,64						
FEV	25	R\$ 5.709,00	16.231	282	141	R\$ 10.988,34	29/03/2024	12/03/2024
	19	R\$ 5.279,34						
MAR	22	R\$ 5.023,92	16.247	386	169	R\$ 9.747,54	30/04/2024	05/04/2024
	17	R\$ 4.723,62						
ABR	30	R\$ 6.850,80	16.265	627	279	R\$ 12.130,14	29/05/2024	16/05/2024
	19	R\$ 5.279,34						
MAI	29	R\$ 6.812,39	16.284	758	338	R\$ 13.100,65	28/06/2024	11/06/2024
	22	R\$ 6.288,26						
JUN	32	R\$ 7.517,12	16.292	910	416	R\$ 13.519,55	30/07/2024	10/07/2024
	21	R\$ 6.002,43						
JUL	35	R\$ 8.221,85	16.298	1070	484	R\$ 13.652,62	30/08/2024	21/08/2024
	19	R\$ 5.430,77						
AGO	32	R\$ 7.517,12	16.302	1157	526	R\$ 12.090,40	30/09/2024	11/09/2024
	16	R\$ 4.573,28						
SET	26	R\$ 6.107,66	16.309	1230	555	R\$ 11.252,60	30/10/2024	07/10/2024
	18	R\$ 5.144,94						
OUT	28	R\$ 6.577,48	16.320	1456	680	R\$ 11.436,59	29/11/2024	11/11/2024
	17	R\$ 4.859,11						
NOV	21	R\$ 4.933,11	16.331	1592	736	R\$ 11.507,20	27/12/2024	09/12/2024
	23	R\$ 6.574,09						
DEZ	17	R\$ 3.993,47	16.337	1659	764	R\$ 10.567,56	30/01/2025	30/12/2024
	23	R\$ 6.574,09						

TOTAL CARROS 318 R\$ 74.059,48
TOTAL MOTOS 238 R\$ 67.397,91
TOTAL GERAL 556 R\$ 141.457,39

Edital: 48/2020

Contrato: 02/2020

cód. siafisico	descrição	valor unitário	valor reajuste	Limite (Qtd)	Limite (R\$)
18677-5	veic leves	R\$ 228,36	R\$ 234,91	35	R\$ 8.221,85
18679-1	motos	R\$ 277,86	R\$ 285,83	25	R\$ 7.145,75
Mês ref. reajuste			5	TOTAL	R\$ 15.367,60

Tiago Fernando Lessi
Setor de Finanças



SEI: 058.00001841/2023-37
SEI EXEC: 058.00073629/2024-52

Guincho leve

C.U. 20221013142
Nº PROC: 2019/014
2025NE00020 2025CT00017

Referente ao exercício 2025

Ivan Del Rei Corrêa EPP CNPJ: 00.985.700/0001-82 339039-99 Ag. 3336-7 c/c 15133-5

MÊS	QTDE	VALOR	NFS-E	NL	PD	TOTAL NO MÊS	VENC PD	INSERIDO NO SEI
JAN	22	R\$ 5.168,02	16.346	119	42	R\$ 12.027,94	28/02/2025	12/02/2025
	24	R\$ 6.859,92						
FEV	26	R\$ 6.107,66	16.358	206	79	R\$ 12.681,75	28/03/2025	11/03/2025
	23	R\$ 6.574,09						
MAR	24	R\$ 5.637,84	16.364	295	109	R\$ 11.640,27	30/04/2025	04/04/2025
	21	R\$ 6.002,43						
ABR	23	R\$ 5.402,93	16.374	418	161	R\$ 11.691,19	30/05/2025	13/05/2025
	22	R\$ 6.288,26						
MAI	30	R\$ 7.047,30	16.382	491	192	R\$ 13.621,39	30/06/2025	04/06/2025
	23	R\$ 6.574,09						
JUN	28	R\$ 6.577,48	16.390	613	221	R\$ 12.865,74	30/07/2025	14/07/2025
	22	R\$ 6.288,26						
JUL	25	R\$ 5.872,75	16.394	697	252	R\$ 11.875,18	29/08/2025	05/08/2025
	21	R\$ 6.002,43						
AGO	29	R\$ 6.812,39	16.403	809	296	R\$ 11.671,50	30/09/2025	04/09/2025
	17	R\$ 4.859,11						
SET	19	R\$ 4.463,29	16.415	916	334	R\$ 9.322,40	30/10/2025	06/10/2025
	17	R\$ 4.859,11						
OUT	23	R\$ 5.402,93	16.429	1010	372	R\$ 11.405,36	28/11/2025	07/11/2025
	21	R\$ 6.002,43						
NOV	21	R\$ 4.933,11	16.445	1126	419	R\$ 10.363,88	29/12/2025	02/12/2025
	19	R\$ 5.430,77						
DEZ	19	R\$ 4.463,29	16.450	1240	454	R\$ 10.179,89	30/01/2026	30/12/2025
	20	R\$ 5.716,60						

TOTAL CARROS 289 R\$ 67.888,99
TOTAL MOTOS 250 R\$ 71.457,50
TOTAL GERAL 539 R\$ 139.346,49

Edital: 48/2020
Contrato: 02/2020

cód 18677.5	R\$ 234,91	veic leves	Limite:	35	R\$ 8.221,85
cód 18679-1	R\$ 285,83	motos	Limite:	25	R\$ 7.145,75


RUTH MEIRELES COELHO
Setor de Finanças



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Interior - Deinter 6 / Santos
Delegacia Seccional de Polícia de Registro /SP.

DEFINIÇÃO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS

PROCESSO SEI 058.00090988/2024-47

Com base no decreto n. 67.888/23, foram efetuadas pesquisas no sistema terceirizados de contratações similares feitas pela Administração Pública, ainda vigentes e com valores atualizados, bem como pesquisa direta com 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, perante potenciais licitantes legalmente estabelecidos, entretanto dois fornecedores apresentaram valores acima da média e foram desconsiderados, sendo utilizada a média aritmética como método matemático para definição do valor estimado para a contratação.

Delegacia/Fornecedor	Valor unitário motocicletas	Valor unitário veículos leves
Delegacia Seccional de Sertãozinho	335,88	422,43
Delegacia Seccional de Sorocaba	238,83	389,00
Delegacia Seccional de Tupã	313,00	351,00
Delegacia Seccional de Votuporanga	562,38	618,61
Delegacia Seccional de Presidente Prudente	284,00	303,00
Comercial Del Rei	500,00	600,00
Média de preços	372,00	447,00

Considerando que a quantidade estimada de remoções mensais é de 26 (vinte seis) veículos leves e 21 (vinte um) motocicletas/peças, projetando a contratação para o período de 30 (trinta) meses temos o seguinte valor estimado para contratação:

Valor mensal estimado R\$ 19.434,00 (dezenove mil quatrocentos e trinta e quatro reais)

Valor total estimado R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais)

Letícia Karoline Yamakawa

Setor de Administração e Finanças

ANEXO VI
MODELO AUTO DE VISTORIA PARA REMOÇÃO AO PÁTIO
Nº _____/ 202x

CHECK LIST DO VEICULO

DATA:	DELEGACIA:	PLACA VEÍCULO:	RDO/ IP N.º:	KM VEÍCULO:
HORA:				
ENDEREÇO DA REMOÇÃO:				
Tipo de Veículo:			Empresa Responsável pela Remoção:	
Marca do Veículo:	Modelo do Veículo:		Ano Fabricação/Modelo: /	
Chassi n.º:			Motor n.º:	

LEGENDA:

N/A = Não se aplica
C = Conforme
CR = Conforme Com Restrições
A = Avarias

Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionado					
Estado Geral da lataria					
Estado geral de vidros					
Estado geral dos bancos					
Estado dos pneus					
Possui Estepe					
Possui Rodas					
Existência de Motor e Caixa de Câmbio					
Possui Equipamentos Obrigatórios					
Aparelhos de som e/ou imagem					
Possui Retrovisores					
Possui Extintor de Incêndio					
Faróis e Lanternas íntegros					

Outras Observações:

Nome Completo do Condutor do Guincho:	Assinatura e n.º do RG do Guincheiro:	
Nome Completo do Policial Civil:	Assinatura e n.º do RG do Policial Civil:	
Nome Responsável pela Vistoria no Pátio:	Assinatura e nº RG do Vistoriador:	Hora chegada:
Divergência de vistoria remoção/Pátio? Sim () Não ()	Observações:	

Anexo

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela Fiscalização:			
Gestor do Contrato:			

a) Qualidade dos serviços

ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO

b) Pontualidade dos serviços

ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO

c) Condições mínimas exigidas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSATISFATÓRIO

Estando devidamente cumpridos os requisitos contratuais referentes à Prestação dos serviços de remoção de veículos automotores – GUINCHO, APROVAMOS a respectiva planilha de remoções de veículos ao pátio contratado, sem qualquer ressalva.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. Serão utilizados como parâmetros de verificação dos resultados, dentre outros, o atendimento ao nível de serviço desejado, a efetiva prestação dos serviços de remoções, conforme disposto neste Termo de Referência, e a verificação dos métodos adotados pela Contratada para adequado preenchimento do “Auto de Vistoria para Remoção”, transporte e preservação dos veículos apreendidos, observadas as seguintes condições:

1.1. Qualidade dos serviços: mensalmente serão acompanhadas as reclamações das Unidades Policiais relacionadas à qualidade dos serviços prestados pela Contratada e discriminados neste Termo de Referência, bem como se deixa de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda. Constatada alguma irregularidade na execução dos serviços será solicitada a correção com demarcação de prazo. Em caso de não atendimento, no prazo concedido, será instaurado procedimento sancionatório para apuração e aplicação das sanções cabíveis.

1.2. Pontualidade dos serviços: mensalmente será acompanhada a incidência de casos de não cumprimento dos prazos de execução dos serviços ajustados com a Contratada, em especial quanto ao tempo decorrido para atendimento dos acionamentos para remoção de veículos apreendidos. A ocorrência de atrasos reiterados dará ensejo a uma avaliação insatisfatória dos serviços e, se o caso, à aplicação das sanções cabíveis.

1.3. Condições mínimas exigidas: ao Gestor e aos Fiscais nomeados para o acompanhamento do contrato caberá vistoriar as instalações da Contratada, a fim de verificar as condições mínimas exigidas dos veículos utilizados para o transporte e remoção dos veículos apreendidos nas unidades policiais, conforme normas previstas na legislação vigente. Para cada condição mínima exigida e não satisfeita serão indicadas as medidas a serem adotadas para o necessário cumprimento, sem prejuízo da instauração de procedimento sancionatório para apuração e aplicação das sanções cabíveis.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO

Contrato 3/2026

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO

(Processo Administrativo nº 058.00090988/2024-74)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE A
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO E
.....

O Estado de São Paulo / Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Registro, com sede na Avenida Clara Gianotti de Souza, 1051, centro, na cidade de Registro/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0053-17, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Marcelo Luís Alves de Freitas, Delegado Seccional de Polícia e Dirigente da UGE 180137, nomeado(a) pelo(a) [Portaria/_____] nº de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador do RG 21.230.873, inscrito no CPF sob o nº 103.665.598-93, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO ([art. 92. I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores leves, motocicletas, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização de guincho para Delegacia Seccional de Polícia de Registro e unidades policiais subordinadas (abrangendo as Unidades Policiais localizadas nos municípios de Registro, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Juquiá e Miracatu) com a disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL POR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Remoção de veículos automotores leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camioneta, etc)	16160	mês	26	R\$ 447,00	R\$ 11.622,00
2	Prestação de serviço de Remoção de motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixa de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc)	16160	mês	21	R\$ 372,00	R\$ 7.812,00
TOTAL MENSAL = R\$ 19.434,00						
VALOR TOTAL 30 MESES = R\$ 583.020,00						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço unitário*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do contrato ou da ordem de início do serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA

PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 19.434,00 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), perfazendo o valor total de R\$ 583.020,00 (quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

6. CLÁUSULA SEXTA

PAGAMENTO - (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA

REAJUSTE - (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 11/03/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

- 7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*
- 7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*
- 7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*
- 7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

8. CLÁUSULA OITAVA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - (Art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta)** dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - ([art. 92, XIV, XVI e XVIII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio

ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à

Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XIII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;

(4) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato;

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 10 a 20% do valor do Contrato;

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação /contratação de cooperativa).*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180137

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 06181180149890000

IV. Elemento de Despesa: 33903999

V. Plano Interno: 001.030.0574

VI. Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DOS CASOS OMISSOS - ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

FORO - ([art. 92, § 1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180137-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO	LETICIA KAROLINE YAMAKAWA	29/04/2026 10:42 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00090988/2024-74

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO LUIS ALVES DE FREITAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:42:51.

LETICIA KAROLINE YAMAKAWA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 14:16:23.

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

À DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE REGISTRO/SP UGE

180137 PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados bancários:

Banco do Brasil - Agência:

CC:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDID A	QUANTIDADE TOTAL POR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Remoção de veículos automotores leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camioneta, etc)	16160	mês	26		
2	Prestação de serviço de Remoção de motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixa de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc)	16160	mês	21		
TOTAL MENSAL = R\$						
VALOR TOTAL 30 MESES = R\$						

Valor total proposto: R\$ (xxx)

Prazo de validade da proposta: xx (xxx) dias contados da data da sessão pública

Local e data

assinatura do representante da empresa

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

local e data

Assinatura do representante legal

ANEXO VI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Remoção de veículos automotores leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camioneta, etc)	16160	mês	26	447,00	R\$ 11.622,00
2	Prestação de serviço de Remoção de motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, quadriciclo, motores, caixa de câmbio, chassi e outras peças/acessórios, etc)	16160	mês	21	372,00	R\$ 7.812,00
TOTAL MENSAL = R\$ 19.434,00						
VALOR TOTAL 30 MESES = R\$ 583.020,00						

Com base no decreto n. 67.888/23, foram efetuadas pesquisas no sistema terceirizados de contratações similares feitas pela Administração Pública, ainda vigentes e com valores atualizados, bem como pesquisa direta com 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, perante potenciais licitantes legalmente estabelecidos, entretanto dois fornecedores apresentaram valores acima da média e foram desconsiderados, sendo utilizada a média aritmética como método matemático para definição do valor estimado para a contratação.

Letícia Karoline Yamakawa

Setor de Administração e Finanças